

Sobre a distribuição do modo em PE e em PB

Rui Ribeiro Marques

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Introdução

Neste texto serão consideradas algumas diferenças entre o Português Europeu e o Português Brasileiro respeitantes à distribuição dos modos indicativo, conjuntivo e condicional. Na análise dos dados, assumir-se-á que o modo é uma marca da modalidade, entendida como a atitude de um indivíduo para com uma proposição. Nesta perspectiva, as diferenças observadas evidenciam que as duas variedades do Português se estão a afastar no que respeita aos factores responsáveis pela selecção de modo a que são sensíveis.

2. Distribuição do indicativo e do conjuntivo em PE e em PB

Quanto aos modos conjuntivo e indicativo, ter-se-á em conta apenas a sua ocorrência em orações completivas, já que parece ser nesse contexto que se observam diferenças entre o Português Europeu e o Português Brasileiro.

Na variedade europeia, o indicativo é seleccionado por verbos, nomes e adjetivos como os que são indicados em (1):

- (1) a. verbos declarativos, como *dizer, confessar, esclarecer, mencionar ...*
- b. verbos epistémicos que expressam crença positiva, como *pensar, concluir, reconhecer ...*
- c. 'verbos de ficção' (um termo introduzido por Farkas 1992) – *imaginar, sonhar, supor, fingir ...*
- d. verbos compromissivos, como *prometer, ameaçar, decidir, deliberar ...*
- e. alguns verbos factivos¹, como *adivinhar, aperceber-se, descobrir, esquecer, ignorar, lembrar, saber, verificar ...*
- f. nomes como *afirmação, certeza, conclusão, confissão, convicção, conhecimento, crença, denúncia, descoberta, ignorância, promessa, verificação ...*
- g. adjectivos como *ciente, convencido, convicto, evidente, informado ...*

¹ Assumo a definição de 'verbo factivo' como proposto em Karttunen 1971.

O conjuntivo é seleccionado por verbos, nomes e adjectivos como os que são indicados em (2):

- (2) a. verbos desiderativos, como *esperar, querer, suplicar* ...
 b. verbos directivos, como *exigir, mandar, pedir, recomendar* ...
 c. verbos que indicam autorização, como *permitir, consentir* ...
 d. verbos que indicam conselho, como *aconselhar, sugerir* ...
 e. 'verbos causativos' e 'causativos negativos', como *bastar, causar, implicar, motivar, originar, evitar, impedir*, ...
 f. predicados epistémicos que não expressam crença positiva, como *duvidar e não acreditar*
 g. verbos declarativos negativos, como *negar*
 h. verbos como *recear e temer*
 i. alguns verbos factivos, como *aborrecer, admirar, agradecer, apreciar, censurar, chatear, chocar, comover, envergonhar, espantar, estranhar, gostar, incomodar, lamentar, lastimar, perdoar, revoltar, surpreender* ...
 j. nomes como *aceitação, autorização, desejo, dúvida, interesse, medo, necessidade, pena, proibição, rejeição* ...
 k. adjectivos como *bom, cansado, desejoso, esperançado, farto, interessado, natural, necessitado, temente* ...

Há ainda um grupo de verbos que admitem ambos os modos na sua oração complemento, como é o caso dos verbos indicados em (3):

- (3) *acreditar, admitir, assumir, calcular, certificar, desconfiar, imaginar, julgar, pensar, presumir, prever, supor, suspeitar.*

Em Português Brasileiro, muitos dos contextos em que ocorre o conjuntivo e o indicativo são os mesmos que em Português Europeu, mas podem-se apontar pelo menos duas diferenças entre as duas variedades. Em primeiro lugar, em expressões como (4) e (5), em Português Brasileiro pode ocorrer o indicativo, enquanto em Português Europeu é seleccionado o conjuntivo:

- (4) a. Bom que já **está** durando quase dois anos. [PB]
 b. É bom que já **dure** ... [PE]
 (5) a. Pena que ele não **chegou** a tempo. [PB]
 b. É pena que ele não **tenha chegado** a tempo. [PE]

Em segundo lugar, verbos como *imaginar* e *supor*, em Português Brasileiro podem reger o conjuntivo, enquanto em Português Europeu seleccionam o indicativo, cf. (6) e (7):

- (6) a. Suponha-se que os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega **comparecessem** à reunião que a Conferência Nacional dos bispos do Brasil realizará em Abril. [PB]
 (VEJA, ano 33, nº 11, 15 Março 2000, p. 162)
- b. Suponha-se que [...] **compareciam** à reunião ... [PE]
- (7) a. Imaginemos que hoje **seja** domingo. [PB]
 b. Imaginemos que hoje **é** domingo. [PE]

Uma análise adequada dos dados deverá evidenciar os factores responsáveis pela distribuição dos modos e dar conta das diferenças entre as duas variedades do Português. Considerem-se, então, algumas hipóteses de explicação (semânticas ou pragmáticas) da distribuição dos modos indicativo e conjuntivo.

3. Propostas de análise da oposição indicativo / conjuntivo

Uma proposta bastante difundida na literatura defende que o indicativo é o modo seleccionado para os actos de fala assertivos, enquanto o conjuntivo é o modo da não asserção, sendo por isso o modo seleccionado em contextos que indicam ordem, desejo, incerteza e outras noções. No entanto, por um lado, como assinalado por Palmer 1986, esta hipótese não explica a selecção do indicativo em enunciados não assertivos, como nas interrogativas; por outro lado é questionável se alguns verbos que seleccionam indicativo, como *saber, descobrir, sonhar, imaginar* e outros, são verbos assertivos.

Uma outra proposta, defendida por Solano-Araya 1982, Palmer 1986, Bell 1990, entre outros, associa a selecção do indicativo ou conjuntivo ao grau de crença que se manifesta em relação à verdade da proposição. Um grau forte de crença levaria à selecção do indicativo, enquanto o conjuntivo indicaria um grau mais fraco de crença. Um argumento fundamental para esta análise é o facto de certos verbos seleccionarem indicativo em frases afirmativas e conjuntivo em frases negativas, cf. (8) e (9):

(8) Acredito que a Maria está em casa.

(9) Não acredito que a Maria esteja em casa.

Esta proposta aproxima-se da visão oferecida pelas gramáticas tradicionais do Português, que assumem que a selecção do indicativo ou do conjuntivo decorre do valor de verdade atribuído à proposição, estando o indicativo associado à expressão *certo* ou do *real*, ou seja, é o modo seleccionado para os casos em que a proposição é tida como verdadeira, enquanto o conjuntivo é o modo do *incerto, duvidoso, eventual* ou *irreal*. Tal visão encontra-se também na tradição gramatical de outras línguas, como o Francês, onde se faz uma associação entre o conjuntivo e o con-

ceito de *virtualidade*. No entanto, há alguns dados que não são explicáveis por esta análise. Por um lado, o indicativo ocorre em proposições que não são tidas como reais, como é o caso das orações completivas de verbos como *sonhar* ou *imaginar*. Por outro lado, o conjuntivo ocorre em orações que descrevem um facto tido como verdadeiro, como mostram os exemplos (10) – (11):

(10) Lamento que ele tenha chegado atrasado.

(11) É natural / pena que isso tenha acontecido.

O primeiro destes problemas, a selecção do indicativo por verbos como *sonhar* ou *imaginar*, é abordado por Farkas 1992, que, partindo de dados do Romeno, propõe uma distinção entre 'verbos de ancoragem intensional' e 'verbos de ancoragem extensional'. Basicamente, a ideia é que os 'verbos de ancoragem intensional' introduzem um conjunto de mundos possíveis relativamente aos quais o seu complemento é interpretado, enquanto nos 'verbos de ancoragem extensional' o complemento é ancorado num único mundo possível, que pode ser o mundo real, como acontece em verbos como *saber*, ou um outro mundo, como acontece com verbos como *imaginar* ou *sonhar*. Assim, estes verbos também indicam que a sua proposição complemento é tida como verdadeira por uma entidade (neste caso, o sujeito da frase matriz), embora essa crença seja relativizada ao mundo possível que introduzem e que é diferente do mundo real. A sua proposta é que os verbos de ancoragem extensional seleccionam indicativo, enquanto os verbos de ancoragem intensional seleccionam conjuntivo. Dito de outro modo, o indicativo seria seleccionado pelos verbos que indicam crença na verdade da proposição complemento, embora essa crença possa ser relativizada a um mundo possível diferente do mundo real.

Esta proposta explica a distribuição do indicativo e do conjuntivo em Romeno e em Húngaro, e, como mostra Giannakidou 1994, adequa-se também aos dados do Grego Moderno. Já no que respeita ao Português, a hipótese não explica a selecção do conjuntivo em contextos em que a verdade da proposição é assumida, como nos exemplos (10) e (11).

Em Marques 1995 encontra-se uma proposta alternativa, que não relaciona a selecção de modo com o tipo de acto de fala nem com a (aceitação da) verdade da proposição. Central a essa proposta é a assunção de que o modo é uma expressão da modalidade, entendida como a atitude de um indivíduo para com uma proposição. Observando os verbos que em PE seleccionam conjuntivo na sua oração complemento, podemos constatar que estão associados a vários tipos de modalidade, tais como modalidade deontica (cf. *mandar, pedir, exigir ...*), erotética (cf. *querer*), epistémica ou doxástica (cf. *duvidar*), avaliativa (cf. *chocar, lamentar, surpreender ...*), entre outras. Já no que respeita aos verbos que seleccionam indicativo, pode-se dizer que todos eles estão associados a valores de modalidade epistémica, isto é, a valores de conhecimento ou de crença. Tal é obviamente o caso de verbos como *pensar, concluir, descobrir, ignorar, saber*, entre outros, mas o mesmo se pode

dizer a respeito dos outros verbos que seleccionam indicativo. Quanto aos 'verbos de ficção', como *imaginar* ou *sonhar*, como propõe Farkas 1992, indicam que o sujeito da frase matriz aceita a verdade da oração complemento, embora essa crença seja relativizada a um mundo possível diferente do mundo real. No que respeita aos verbos declarativos, como *dizer* ou *confessar*, assumindo o princípio cooperativo de Grice, pode-se inferir que ao fazer uma declaração, o sujeito acredita que é verdade o que diz, pelo que também estes verbos indicam que o sujeito matriz acredita na verdade da proposição complemento. Finalmente, os verbos compromissivos, como *prometer* ou *ameaçar*, ao indicarem que o sujeito se compromete a realizar um estado de coisas, descrito pela oração complemento, indicam que ele se compromete a tornar verdadeira essa proposição.

Assim, todos os verbos que em Português seleccionam indicativo têm em comum o facto de expressarem uma atitude de crença na verdade da proposição complemento. Estão, portanto, associados a valores de modalidade epistémica. Outros verbos associados a esta modalidade mas que seleccionam conjuntivo são os verbos *duvidar* e *negar*. Distinguem-se, porém, dos que seleccionam indicativo por não indicarem crença, mas sim a sua ausência. Do mesmo modo, verbos que admitem ambos os modos na sua oração complemento, como *acreditar*, seleccionam indicativo ou conjuntivo consoante exista um grau forte ou fraco de crença na verdade da sua oração complemento. Se existir um grau forte, a proposição complemento é tida como verdadeira e é seleccionado o indicativo. Se o grau de crença for fraco, a proposição não é dada como verdadeira e é seleccionado o conjuntivo. Por último, outros verbos que seleccionam conjuntivo e que também indicam que a sua proposição complemento é tida como verdadeira, como é o caso de verbos factivos como *lamentar* ou *surpreender*, distinguem-se dos verbos que seleccionam indicativo por não expressarem uma atitude epistémica. Estão antes associados a valores de modalidade avaliativa, indicam uma reacção mental a um estado de coisas, mas não expressam directamente o conhecimento desse estado de coisas. Esse conhecimento é de algum modo pressuposto, pelo que estes verbos se situam num plano supra-epistémico.

4. Variação paramétrica da distribuição do indicativo e do conjuntivo

Esta proposta permite explicar a distribuição do indicativo e do conjuntivo nas orações completivas em Português Europeu, tal como na maioria das outras línguas românicas, nomeadamente, em Castelhana, Catalão, Francês e Italiano. Já o Romêno, no que respeita à distribuição destes dois modos, distingue-se das outras línguas românicas e aproxima-se do Grego Moderno e do Húngaro. A diferença entre estes dois grupos de línguas, no que respeita ao tema em análise, é que nestas últimas todos os verbos factivos seleccionam indicativo, enquanto no grupo de línguas de que o Português Europeu faz parte só os verbos factivos epistémicos, como *saber*, *ignorar* ou *descobrir* seleccionam indicativo. Verbos factivos associados à modalidade avaliativa seleccionam conjuntivo.

Tendo em conta todas estas línguas, podemos dizer que num grupo, que integra o Romeno, o Grego Moderno e o Húngaro, o indicativo é seleccionado se a verdade da frase for assumida (caso contrário é seleccionado o conjuntivo), enquanto noutro grupo, que integra o Português Europeu, o Castelhana, o Catalão, o Francês e o Italiano, a aceitação da verdade da frase é condição necessária para a selecção do indicativo, mas não suficiente. Para que o indicativo seja seleccionado é preciso também que seja expressa uma atitude epistémica para com a proposição.

Quanto ao Português Brasileiro, embora em linguagem formal não manifeste diferenças em relação à variedade europeia, há alguns indícios de que está a evoluir no sentido de se aproximar de línguas como o Romeno no que respeita à distribuição do indicativo e do conjuntivo. Como foi visto acima, há dois tipos de construção que distinguem o Português Europeu e o Português Brasileiro na distribuição destes dois modos. Por um lado, em contextos de modalidade avaliativa, como nas frases (12) e (13), em Português Europeu o conjuntivo é obrigatório, enquanto em Português Brasileiro pode ocorrer o indicativo.

- | | |
|---|------|
| (12) a. Bom que já está durando quase dois anos. | [PB] |
| b. É bom que já dure ... | [PE] |
| (13) a. Pena que ele não chegou a tempo. | [PB] |
| b. É pena que ele não tenha chegado a tempo. | [PE] |

Por outro lado, verbos que em Português Europeu seleccionam indicativo, podem em Português Brasileiro seleccionar o conjuntivo se a sua proposição complemento não for tida como verdadeira no mundo real. É o que ilustram as frases (14) – (16):

- | | |
|---|------|
| (14) a. Suponha-se que os padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega comparecessem à reunião que a Conferência Nacional dos bispos do Brasil realizará em Abril. | [PB] |
| b. Suponha-se que [...] compareciam | [PE] |
| (15) a. Imaginemos que hoje seja domingo. | [PB] |
| b. Imaginemos que hoje é domingo. | [PE] |
| (16) a. Seria exagero dizer que o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, tenha corrido o risco concreto de ser demitido.
(JB Online, 25 de Fevereiro de 2000) | [PB] |
| b. Seria exagero dizer que [...] correu ... | [PE] |

A razão para a selecção do conjuntivo em (12b) e (13b) já foi exposta: embora a verdade da frase seja assumida, o predicado da frase matriz não está associado a valores de modalidade epistémica, pelo que o indicativo é excluído. Quanto aos exemplos (14)-(16), em Português Europeu o indicativo é seleccionado porque há a

expressão da crença na verdade da proposição, embora essa crença seja relativizada a um mundo possível diferente do mundo real. O facto de em Português Brasileiro ser seleccionado o indicativo nos exemplos (12) e (13) e o conjuntivo nos exemplos (14)-(16) é uma indicação de que nesta variedade do Português, o indicativo é seleccionado se a frase for tida como verdadeira, enquanto o conjuntivo indica que a verdade da frase não é assumida. Assim sendo, a selecção do indicativo ou conjuntivo em PB parece ser sensível apenas ao valor de verdade da frase, pelo que nesse aspecto esta variedade se distingue do Português Europeu e se aproxima de línguas como o Romeno, o Grego Moderno ou o Húngaro.

No entanto, deve acentuar-se que a associação entre a verdade da frase e a selecção do indicativo parece tratar-se apenas de uma tendência em Português Brasileiro. Contrastando com exemplos como (12a) e (13a), encontra-se também o conjuntivo em contextos de modalidade avaliativa:

- (17) Ficou claro para nós dois que é natural que **existam** pessoas que pensem de forma diferente. (Lula Vieira, Revista "DOMINGO" do Jornal do Brasil, 11/06/99)

5. Futuro do Indicativo e Condicional em PE e em PB

Ainda assim, há outro tipo de construção que fornece também evidência no sentido de que em Português Brasileiro o indicativo tende a ser seleccionado apenas se a frase for considerada verdadeira. Trata-se de um tipo de construção que pode ser usado quando está em causa a verdade de uma proposição no mundo real, mas não é expressa a certeza dessa verdade. Para indicar tal atitude, há pelo menos três tipos de construção que o Português Europeu disponibiliza (ignorando agora diferenças entre si): (i) construções com um advérbio como *possivelmente*, como no exemplo (18), (ii) construções com um verbo modal, como em (19), ou (iii) construções com o *futuro do indicativo* ou com o *condicional*, como em (20):

- (18) Possivelmente, o assaltante entrou por esta janela.
 (19) O assaltante pode ter entrado por esta janela.
 (20) a. O assaltante terá entrado por esta janela.
 b. Segundo a polícia, ele terá / teria entrado por esta janela.

É este último caso que interessa agora considerar. Ao usar o *futuro do indicativo*, o enunciador assume um compromisso parcial com a verdade da proposição. Já com o *condicional* o enunciador é neutro no que respeita à aceitação da verdade da proposição, o compromisso com a aceitação dessa verdade é responsabilidade de outra entidade, que em (20b) é indicada pelo SN *a polícia*. Em Português Europeu, o *condicional* só pode ocorrer neste tipo de construção se for identificada (linguis-

tica ou situacionalmente) uma entidade diferente do enunciador que assume a verdade da proposição. Na ausência dessa informação, pode ocorrer o *futuro do indicativo*, mas não o *condicional*. Em Português Brasileiro, pelo contrário, parece ser o *condicional* que ocorre neste tipo de construção, independentemente de ser ou não identificada a entidade responsável pela aceitação da verdade da frase. É o que mostram os exemplos que se seguem:

- (21) O oficial médico da SS, cuja cabeça chegou a valer mais de US\$ 3 milhões, **teria vivido e morrido** em Itapúa [...] Josef Mengele **teria morrido** aos 75 anos em 3 de agosto de 1986 como Antônio Navarro, um médico curandeiro, que não possuía documentos e mantinha forte sotaque estrangeiro em seu espanhol. (IstoÉ, 15 de Março de 2000, pp. 53-54)
- (22) Da mesma forma agem os inibidores da enzima integrase, que **atuariam** na etapa em que o HIV insere seu material genético dentro da célula [...]. (IstoÉ, 15 de Março de 2000, p. 96)
- (23) É nesse contexto que os inibidores de fusão e o recém-descoberto anticorpo representam mais uma esperança. Afinal, **eles combateriam o HIV** numa fase diferente de sua multiplicação, dificultando ainda mais seu percurso no organismo. (IstoÉ, 15 de Março de 2000, p. 97)
- (24) A interrupção estruturada do tratamento considera duas situações: a do indivíduo que esgotou todas as possibilidades de terapia [...] e a da pessoa recém-contaminada [...]. No primeiro caso, ao ser privado de remédios, o paciente **poderia** recuperar a sensibilidade a alguns deles. Já para as pessoas que tiveram contato recente com o vírus e recebem uma carga potente de medicação, a suspensão dos remédios **serviria** para gerar uma reacção natural do organismo à presença de vírus enfraquecidos pelo ataque anterior das drogas.
(IstoÉ, 15 de Março de 2000, p. 97)

Nestes exemplos, não é identificada a entidade responsável pela aceitação da verdade da proposição, pelo que em Português Europeu ocorreria o *futuro do indicativo*. O facto de em Português Brasileiro ser seleccionado o *condicional* mesmo que não seja identificada a entidade responsável pela aceitação da verdade da proposição está de acordo com a ideia de que nesta variedade do Português o indicativo é seleccionado apenas para as proposições tidas como verdadeiras. Como nestes exemplos não se expressa a certeza da verdade da proposição, não há justificação para a selecção do indicativo.

Outra questão é como justificar que em Português Europeu possa ser usada uma forma do indicativo em exemplos como estes, já que a proposição não é dada como certamente verdadeira. Uma possível resposta passa pela consideração das noções introduzidas por Richard Crouch 1993 de 'tempo de asserção', o intervalo

de tempo em que é feita a declaração, e 'tempo de verificação', o intervalo de tempo em que se verifica se a proposição expressa é verdadeira. Segundo o autor, normalmente o tempo de asserção coincide com o tempo de verificação, mas nem sempre é assim. Será o que se passa nas construções em análise. Com o *futuro do indicativo*, há a indicação de que a verdade da proposição asserida está sujeita a verificação posterior. Nesse sentido, há, por um lado, a expressão de uma atitude de crença, já que, como se viu mais acima, ao fazer uma declaração o enunciador expressa a sua crença no que diz, mas por outro lado, há a indicação de que o tempo de verificação é posterior, pelo que o enunciador considera a possibilidade de a proposição ser falsa. De qualquer forma, ao usar uma forma do indicativo, o enunciador compromete-se, ainda que parcialmente, com a aceitação da verdade da proposição, o que não se verifica nos casos em que usa o *condicional*, o que está de acordo com a hipótese de que em Português Europeu o indicativo é seleccionado para os casos em que é expressa uma atitude de conhecimento ou crença.

Por fim, chamo ainda a atenção para outros exemplos que reforçam a ideia de que em Português Brasileiro o indicativo é usado apenas nos casos em que a proposição é tida como verdadeira, contrariamente ao que se verifica em Português Europeu. Trata-se dos exemplos (25) e (26):

(25) Saias curtas ou modos **demasiadamente** extrovertidos, se não justificam um estupro, **comprometeriam**, sim, a segurança da mulher. (VEJA, ano 33, nº 11, 15 Março 2000, p. 151)

(26) Quem sabe, agora, quando diminui a guerra entre os sexos, e homens e mulheres caminham para uma sociedade de maior parceria, novos prazeres também **possam** ser compartilhados?

(Regina Navarro Lins, JB Online, 20 de Fevereiro de 2000)

Ainda que sem entrar numa análise detalhada destes exemplos, observe-se que em Português Europeu, o mais natural seria construir estes exemplos com o verbo modal *poder* no indicativo, como em (27) e (28):

(27) Saias curtas ou modos **demasiadamente** extrovertidos, se não justificam um estupro, **podem comprometer**, sim, a segurança da mulher. [PE]

(28) Quem sabe se, agora, quando diminui a guerra entre os sexos, e homens e mulheres caminham para uma sociedade de maior parceria, novos prazeres também **podem / poderão** ser compartilhados? [PE]

Em qualquer destas frases a proposição em causa é colocada num plano hipotético. Não há a indicação de que ela seja verdadeira. O facto de os autores das frases (25) e (26), falantes de Português Brasileiro, seleccionarem um modo verbal diferente do indicativo para indicarem que a proposição não é seguramente verdadeira pode ser um sinal da tendência para usar o indicativo apenas nos casos em que a proposição é tida como verdadeira.

7. Conclusão

Em conclusão, podem-se apontar algumas diferenças entre o PE e o PB no que respeita à distribuição dos modos verbais, diferenças essas que se manifestam (pelo menos) em construções associadas à expressão de três tipos de atitude: (i) a proposição é tida como verdadeira, mas é expressa uma atitude não epistémica – é o que se verifica nas orações completivas de predicados factivos como *ser bom / pena / natural* – (neste caso, em PE ocorre obrigatoriamente o conjuntivo, enquanto em PB pode ocorrer o indicativo); (ii) é expressa uma atitude de crença na verdade da proposição, mas essa crença é relativizada a um mundo possível diferente do mundo real – é o que se verifica nas orações completivas de verbos como *supor* ou *imaginar* – (em PE ocorre o indicativo, em PB pode ocorrer o conjuntivo); (iii) é expressa uma atitude de crença parcial na verdade da proposição – é o que se verifica em construções em que o ‘tempo de enunciação’ não coincide com o ‘tempo de verificação’ (neste caso, em PE, o enunciador pode usar o *futuro do indicativo* ou o *condicional*, sendo que o *condicional* só é usado se for indicada a entidade responsável pela aceitação da verdade da proposição, enquanto em PB, independentemente de ser ou não identificada essa entidade, ocorre o *condicional*).

Estas diferenças podem ser explicadas pela hipótese de que em PE, tal como na maioria das línguas românicas, o indicativo é seleccionado para os casos em que é expressa uma atitude de crença na verdade da proposição, enquanto em PB se verifica a tendência de seleccionar o indicativo para as proposições tidas como verdadeiras, independentemente do tipo de atitude expressa. Assim, o Português Brasileiro, no que respeita à selecção de modo, aproxima-se de línguas como o Romeno, o Grego Moderno e o Húngaro, onde o indicativo é seleccionado se a proposição for tida como verdadeira por alguma entidade.

O Quadro I resume os factores responsáveis pela selecção do indicativo e do conjuntivo em orações completivas nas várias línguas consideradas:

	CONTEXTO			
	NÃO VERÍDICO	VERÍDICO ¹		
		FACTIVO		NÃO FACTIVO
		NÃO EPISTÉMICO (lamentar, ser bom, ser pena ...)	EPISTÉMICO (descobrir, saber ...)	(supor, imaginar...) ²
ROMENO, GREGO MODERNO, HÚNGARO	Conjuntivo	Indicativo		
PORTUGUÊS BRASILEIRO (tendencialmente)	Conjuntivo	Indicativo	Conjuntivo	
PORTUGUÊS EUROPEU	Conjuntivo		Indicativo	

Quadro I – selecção de modo em orações completivas

² O conceito de [VERIDICIDADE] é usado no sentido definido em Giannakidou 1994. Um contexto será verídico se a proposição que nele ocorre for tida como verdadeira por alguma entidade nalgum mundo possível, seja o mundo real ou outro.

³ A proposição complemento dos verbos desta classe pode ser tida como verdadeira no mundo real ou noutro mundo, pelo que em PB podem seleccionar indicativo ou conjuntivo.

O Quadro I só contempla a oposição indicativo / conjuntivo, já que é essa a oposição de modo que se encontra em orações completivas. A oposição observada em Português Europeu entre o *futuro do indicativo* e o *condicional* manifesta-se em orações principais, como no exemplo (20), aqui repetido:

- (20) a. O assaltante terá entrado por esta janela.
 b. Segundo algumas testemunhas, ele terá / teria tentado subornar o funcionário.

Como foi visto acima, em Português Brasileiro esta oposição parece não existir, sendo usado apenas o *condicional* quer em (20a) quer em (20b). A hipótese defendida é extensível a este tipo de construção. Em PB é seleccionado o *condicional* porque o enunciador não toma a proposição como seguramente verdadeira, pelo que não se pode dizer que a proposição seja factua. Em PE o *condicional* é seleccionado se o enunciador não se quiser comprometer com a aceitação da verdade da frase, indicando que essa aceitação é responsabilidade de outra entidade.

Pode-se perguntar porque surge nesse contexto o *condicional* e não o *conjuntivo*. Uma possível explicação será a seguinte. Por um lado, trata-se de um contexto epistémico, está em causa a aceitação da verdade da frase. Ora, o conjuntivo só surge em contextos epistémicos se a atitude marcada for de ausência de crença, o que não se verifica nestas construções. Por outro lado, o indicativo indica que a proposição é tida como verdadeira, o que também não se verifica neste caso; como foi visto, a proposição tem um carácter hipotético. O condicional permite, então, indicar que está em causa a verdade da proposição, mas que não há um compromisso do enunciador com a sua verdade. Resta saber se a selecção do *condicional* pode ser explicada nestes termos noutros contextos em que ocorre, já que aqui se considerou apenas a selecção deste modo num tipo de construção.

Referências:

- BELL, A.: 1990, "El modo en español: consideración de algunas propuestas recientes", in Ignacio Bosque (ed.), *Indicativo y subjuntivo*, Taurus Universitaria.
- CROUCH, R.: 1993, "Tense in simple conditionals", in Paul Dekker e Martin Stokhof (orgs.), *Proceedings of the 9th Amsterdam Colloquium*, ILLC, Amesterdão, pp. 189-207.
- FARKAS, D.: 1992, "On the semantics of subjunctive complements", in P. Hirschbühler and K. Koerner (orgs.), *Romance Languages and Modern Linguistic Theory*, John Benjamins, pp. 71-104.
- GIANNAKIDOU, A.: 1994, "The semantic licencing of NPIs and the Modern Greek subjunctive", in *Language and Cognition* 4, yearbook of the Research Group for Theoretical and Experimental Linguistics, University of Groningen.
- KARTTUNEN, L.: 1971, *The Logic of English Predicate Complement Constructions*, Indiana University Linguistics Club.

- HOOPER, J. B.: 1975, "On assertive predicates", in P. Kimball (ed.), *Syntax and Semantics* 4, New York, Academic Press, pp. 91-124.
- MARQUES, R.: 1995, *Sobre o valor dos modos Indicativo e Conjuntivo em Português*, diss. de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PALMER, F.: 1986, *Mood and Modality*, Cambridge Textbooks in Linguistics, Cambridge.
- SOLANO-ARAYA, J.: 1982, *Modality in Spanish: An Account of Mood*, PhD diss., University of Kansas.